



À Coordenadoria Legislativa  
A/C Ariel Garcia Rached.

Ofício Administrativo nº \_\_\_\_/2022.  
Referência: Minuta de Parecer do Projeto de Lei nº 112/2022.

Assunto: Estabelece diretrizes para a Política Municipal de Inclusão Social de Pessoas com Nanismo (anões) com o objetivo de proporcionar melhor qualidade de vida a essas pessoas, no âmbito do município de Franca, e dá outras providências.  
Autoria: Autoria Coletiva.

**Manifestação do Departamento Jurídico.**

Em atendimento à solicitação da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, vimos, nos termos do Ato da Presidência nº 21/2018, apresentar, com fulcro nas atribuições funcionais do Departamento Jurídico, a minuta de Parecer obrigatório das comissões competentes, para apreciação e aprovação dos nobres vereadores.

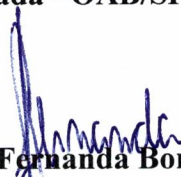
Ressaltamos que a Minuta do Parecer se reporta, exclusivamente, ao caráter técnico da propositura, fugindo de nossa competência e de nossa intenção formar qualquer juízo de valor sobre o mérito, atribuição que compete aos ilustres parlamentares.

Franca, 21 de junho de 2022.



**Taysa Mara Thomazini**

**Advogada - OAB/SP n.º 196.722**



**Maria Fernanda Bordini Novato**  
**Advogada - OAB/SP n.º 215.054**



**CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCA**

**ESTADO DE SÃO PAULO**

www.franca.sp.leg.br



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
FRANCA**

**MINUTA DE PARECER DAS COMISSÕES PERMANENTES:**

**COMISSÕES DE:**

**LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.**

**FINANÇAS E ORÇAMENTO.**

**ASSUNTOS DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA.**

**SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

**PARECER CONJUNTO.**

**PROJETO DE LEI Nº 112/2022.**

**EMENTA:** Estabelece diretrizes para a Política Municipal de Inclusão Social de Pessoas com Nanismo (anões) com o objetivo de proporcionar melhor qualidade de vida a essas pessoas, no âmbito do município de Franca, e dá outras providências.

**Autoria:** Autoria Coletiva.

**I – RELATÓRIO E OBJETIVOS DO PROJETO:**

O projeto objetiva estabelecer diretrizes para a Política Municipal de Inclusão Social de Pessoas com Nanismo (anões), iniciando-se um processo de conscientização contra a discriminação, e ainda, proporcionando melhor qualidade de vida a essas pessoas.

Visa-se a aplicação da isonomia, em seu sentido material, buscando oferecer justo tratamento a situações que mereçam ser submetidas a regramento diverso, em virtude da maior vulnerabilidade dos envolvidos.

**II – PARECERES:**

As competências das Comissões que a este parecer conjunto subscrevem, estão especificadas no Regimento Interno (artigo 40, c/c o artigo 125).

O projeto em análise trata de matéria de interesse local e complementar (art. 30, I e II da CF/88), atinente à proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência (art. 23, II, da CF).

Neste sentido, o MPSP já se manifestou:

*“(..) a Constituição Federal inclui o Município no exercício da competência administrativa comum (art. 23, II), o que concilia à competência normativa concorrente federal e estadual sobre proteção da pessoa com deficiência (art. 24, XIV). Segundo o Supremo Tribunal Federal só “é inconstitucional lei municipal que, na competência legislativa concorrente, utilize-se do argumento do interesse local para restringir ou ampliar as determinações*

Rua da Câmara, n.º 01 – Parque das Águas - CEP: 14401-306

Telefone: (16) 3713-1555 – **DDG: 0800 940 1555**

**camara@franca.sp.leg.br**





*contidas em texto normativo de âmbito nacional” (RT 892/119) (Parecer em ADI, processo nº 0140770-92.2013.8.26.0000).*

Quanto à competência da autoridade, considerando que a matéria trata de programa, com normas genéricas, pode ser de iniciativa parlamentar. O Egrégio Tribunal de Justiça, reconhece a legitimidade de iniciativa parlamentar, para legislar neste sentido. Vejamos:

“(…) Acresça-se que não há que se falar em eventual inconstitucionalidade por dispor a referida norma sobre atos concretos de gestão, em suposta ofensa à regra da separação dos poderes, insculpida no artigo 5º da Constituição do Estado e no artigo 2º da Constituição Federal. Ao Executivo e ao Legislativo correspondem, tipicamente, funções específicas e separadas. Consta da obra “Direito Municipal Brasileiro”, de Hely Lopes Meirelles: “em sua função normal e predominante sobre as demais, a Câmara elabora leis, isto é, normas abstratas, gerais e obrigatórias de conduta. Esta é sua função específica, bem diferenciada da do Executivo, que é a de praticar atos concretos de administração. Já dissemos e convém se repita que o Legislativo provê 'in genere', o Executivo 'in specie'; a Câmara edita normas gerais, o prefeito as aplica aos casos particulares ocorrentes.” (TRIBUNAL DE JUSTIÇA PODER JUDICIÁRIO São Paulo Direta de Inconstitucionalidade nº 2150170-91.2016.8.26.0000 - São Paulo).

No tocante à análise material, a mesma está em consonância às normas do Ordenamento Jurídico Brasileiro, conforme artigo que segue:

“Existe uma norma internacional chamada Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada no Brasil por meio do Decreto nº 6.949/2009, garantindo que todas as pessoas com deficiência gozarão dos mesmos direitos de qualquer outro cidadão perante a sociedade. A Convenção define que “pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas”. A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - LBI, reconhecido marco na legislação brasileira que teve como base a supracitada Convenção, define que a ferramenta adequada para a verificação da incidência de impedimentos e barreiras será a avaliação biopsicossocial. Em outras palavras, a deficiência não é mais definida apenas pelo conceito médico. Para que a deficiência seja reconhecida, é preciso que sejam considerados, por uma equipe multiprofissional e interdisciplinar: os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo; os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais; a limitação no desempenho de atividades; e a restrição de participação. Em resumo, todas as pessoas com nanismo deverão ser submetidas à avaliação prevista na LBI para ter acesso aos direitos previstos nas políticas públicas



federais. Logo, as pessoas com nanismo poderão ser incluídas neste grupo. No Brasil, o parágrafo único do artigo 10, da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI (Lei 13.146/2015) estabelece a responsabilidade do poder público na garantia da dignidade da pessoa com deficiência ao longo de toda sua vida, considerando-a vulnerável em situações de: risco, emergência ou estado de calamidade pública, circunstâncias em que o Governo Federal, os Estados e Municípios onde residam pessoas com deficiência deverão adotar medidas para a proteção, segurança e garantia dos direitos deste público.”

(<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/acoes-e-programas/PESSOASCOMNANISMOEUSESDIREITOS.pdf>)

Assim, quanto aos aspectos da constitucionalidade, legalidade e regimentalidade, o Projeto está adequado às normas do Ordenamento Jurídico Brasileiro.

No que se refere ao Mérito, o Projeto visa à proteção dos mais vulneráveis.

No tocante ao Quórum de votação, exige-se maioria simples de votos, nos termos da LOMF.

### **III – DECISÃO DAS COMISSÕES:**

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação, em seus estritos limites, remete o Projeto à alta consideração e deliberação do Augusto Plenário, a quem cabe a decisão final, pois a matéria está redigida e elaborada dentro das normas legais e das normas técnicas de redação legislativa.

Quanto às Comissões de Mérito, conclui-se que não há óbice ao Projeto em questão.

Ao Egrégio Plenário, para decisão soberana.

Câmara municipal, em 21 de junho de 2022.

#### **AS COMISSÕES DE:**

#### **LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.**

Ver. Carlinhos Petrópolis

Ver. Luiz Amaral

Ver. Daniel Bassi

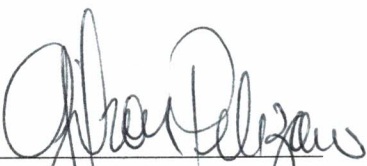
Ver. Zezinho Cabeleireiro

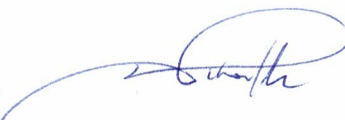
Ver. Pastor Palamoni



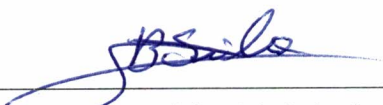


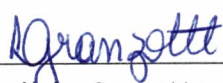
**FINANÇAS E ORÇAMENTO.**

  
Ver. Gilson Pelizaro.

  
Ver. Ilton Ferreira

Ver. Kaká

  
Ver. Zezinho Cabeleireiro

  
Ver. Lurdinha Granzotte

**ASSUNTOS DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA.**


  
Ver. Lurdinha Granzotte

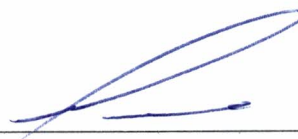
  
Ver. Gilson Pelizaro

Ver. Pastor Palamoni

**SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

Ver. Marcelo Tidy

  
Ver. Carlinho Petrópolis Farmácia

  
Ver. Daniel Bassi